

STJ00114008

BEÁTRIZ ABRAÃO DE OLIVEIRA

**O *WHISTLEBLOWER*
E SUA APLICAÇÃO NO
ORDENAMENTO JURÍDICO
BRASILEIRO**

Londrina/PR
2021



THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Oliveira, Beatriz Abraão de.
O Whistleblower e sua aplicação no
ordenamento jurídico brasileiro. /
Beatriz Abraão de Oliveira. – Londrina,
PR: Thoth, 2021.

171 p.

Bibliografias: 155-171

ISBN 978-65-5959-182-4

1. Direito Penal. 2. Processo penal. 3.
whistleblower. I. Título.

CDD 341.5

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: a autora

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Penal : 341.5

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaió Júnior
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão
• Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp.
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.ª. Dra. Marcia
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham
Desiderato • Prof.ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA.....	7
AGRADECIMENTOS.....	11
PREFÁCIO.....	15
INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1	
AS MUDANÇAS NO PROCESSO PENAL E AS NOVAS FIGURAS JURÍDICAS.....	25
1.1 Direito penal em expansão na sociedade de risco.....	25
1.2 A evolução do direito penal e as novas figuras jurídicas	27
1.3 As medidas excepcionais e o respeito aos direitos humanos.....	28
1.4 As mudanças no direito penal ao redor do mundo	31
1.5 A divergência doutrinária acerca da proteção dos novos riscos pelo direito penal.....	38
1.6 As teorias monista e dualista pessoal dos bens jurídicos.....	40
1.7 A utilização do direito penal como instrumento de gerenciamento do risco.....	41
1.8 A reorganização das autoridades encarregadas da investigação penal.....	43
1.8.1 Redefinição das garantias processuais e das normas constitucionais quanto aos direitos humanos.....	44
CAPÍTULO 2	
A EXPANSÃO DA FIGURA DO WHISTLEBLOWER: ANÁLISE LEGISLATIVA E SEUS IMPACTOS NA POLÍTICA CRIMINAL.....	51
2.1 A precisão terminológica vista como precisão conceitual.....	51
2.2 Informantes, denunciante e colaboradores: distinções necessárias e características em comum.....	55
2.3 Diferenciação entre <i>whistleblower</i> e delator	58
2.4 Aspectos subjetivos do <i>whistleblower</i> : boa-fé.....	60
2.5 O <i>whistleblower</i> aplicado no direito comparado	61
2.6 A aplicação da conduta <i>whistleblower</i>	66

2.7 Aspectos culturais.....	69
-----------------------------	----

CAPÍTULO 3

SITUAÇÃO BRASILEIRA NO QUE TANGE À LEGISLAÇÃO <i>WHISTLEBLOWING</i>	73
3.1 Da constitucionalidade do <i>whistleblowing</i> e da competência para legislar.....	73
3.2 Relevância de uma legislação de proteção ao <i>whistleblowing</i>	76
3.3 Elementos necessários à efetividade de uma legislação <i>whistleblowing</i>	82
3.4 Do dever de comunicar irregularidades na legislação brasileira.....	83
3.5 Os projetos de lei sobre o <i>whistleblower</i> e o Projeto Moro.....	84
3.6 Compromissos assumidos pelo país.....	85
3.7 Os sistemas de denúncia: <i>whistleblowing</i> interno e externo.....	89
3.8 <i>Whistleblowing</i> interno: sistemas de denúncia.....	90
3.9 <i>Whistleblowing</i> externo a partir do caso SwissLeaks.....	93

CAPÍTULO 4

MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO <i>WHISTLEBLOWER</i>	99
4.1 Confidencialidade.....	100
4.2 Não retaliação.....	104
4.3 Medidas de incentivo ao <i>whistleblowing</i>	110
4.4 Sistemas de recompensa.....	111
4.5 Facilitação do relato externo e participação do <i>whistleblower</i>	114
4.6 Criação de um órgão especializado para o tratamento do <i>whistleblowing</i>	115
4.7 O informante confidencial nos crimes organizados e sua proteção.....	116
4.8 O silêncio como fator de proteção.....	119

CAPÍTULO 5

CRÍTICAS AO MODELO NEGOCIAL NO PROCESSO PENAL, EM ESPECIAL AO <i>WHISTLEBLOWER</i>	125
5.1 O processo penal negocial e sua evolução.....	125
5.2 A justiça penal negocial brasileira: dos juizados especiais aos projetos de acordo.....	127
5.3 Tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro.....	128
5.4 Críticas aos modelos de expansão dos espaços de consenso no processo penal.....	131
5.5 O sistema de justiça negociada e a experiência brasileira.....	138
5.6 A expansão do direito penal e a barreira do princípio do devido processo penal.....	144
5.7 O desaparecimento do processo e da defesa: questionando a renúncia a esses	

direitos	146
5.8 Críticas e ajustes necessários ao “informante do bem”, ou <i>whistleblower</i>	147
CONCLUSÃO.....	151
REFERÊNCIAS.....	155